



08

Sinaes
Sistema Nacional de Avaliação da
Educação Superior

enade2018

DIREITO

08

Novembro/18

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Verifique se, além deste Caderno, você recebeu o **CARTÃO-RESPOSTA**, destinado à transcrição das respostas das questões de múltipla escolha, das questões discursivas (D) e das questões de percepção da prova.
2. Confira se este Caderno contém as questões discursivas e as objetivas de múltipla escolha, de formação geral e de componente específico da área, e as relativas à sua percepção da prova. As questões estão assim distribuídas:

Partes	Número das questões	Peso das questões no componente	Peso dos componentes no cálculo da nota
Formação Geral: Discursivas	D1 e D2	40%	25%
Formação Geral: Objetivas	1 a 8	60%	
Componente Específico: Discursivas	D3 a D5	15%	75%
Componente Específico: Objetivas	9 a 35	85%	
Questionário de Percepção da Prova	1 a 9	-	-

3. Verifique se a prova está completa e se o seu nome está correto no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, avise imediatamente ao Chefe de Sala.
4. Assine o **CARTÃO-RESPOSTA** no local apropriado, **com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
5. As respostas da prova objetiva, da prova discursiva e do questionário de percepção da prova deverão ser transcritas, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente, para o **CARTÃO-RESPOSTA** que deverá ser entregue ao Chefe de Sala ao término da prova.
6. Responda cada questão discursiva em, no máximo, 15 linhas. Qualquer texto que ultrapasse o espaço destinado à resposta será desconsiderado.
7. Você terá quatro horas para responder as questões de múltipla escolha, as questões discursivas e o questionário de percepção da prova.
8. Ao terminar a prova, levante a mão e aguarde o Chefe de Sala em sua carteira para proceder a sua identificação, recolher o seu material de prova e coletar a sua assinatura na Lista de Presença.
9. Atenção! Você deverá permanecer na sala de aplicação, no mínimo, por uma hora a partir do início da prova e só poderá levar este Caderno de Prova quando faltarem 30 minutos para o término do Exame.



QUESTÃO DISCURSIVA 01



Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/21/Caso-Marielle-completa-uma-semana.-O-que-se-sabe-sobre-o-crime>>.

Acesso em: 27 jun. 2018 (adaptado).

TEXTO 1

Conforme relatório da organização de defesa dos direitos humanos Anistia Internacional, em 2017, entre 159 países, o Brasil apresentou o maior número de assassinatos de diversos grupos de pessoas, como jovens negros do sexo masculino, pessoas LGBTI+, defensoras e defensores de direitos humanos, grupos ligados à defesa da terra, populações tradicionais e policiais.

Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/brasil-lidera-numero-de-assassinatos-de-diversos-grupos-de-pessoas-em-2017-aponta-anistia-internacional-em-novo-relatorio/>>. Acesso em: 27 jun. 2018 (adaptado).

TEXTO 2

Negra, mulher, mãe solteira, bissexual, moradora de favela, aluna da primeira turma do pré-vestibular comunitário da Maré, graduou-se em ciências sociais e realizou mestrado em administração pública. Sua vida fora construída na luta contra todas as estatísticas que fazem a morte, a prisão e a pobreza os destinos mais prováveis para as mulheres e os jovens pretos e pardos neste país.

Um grande mérito pessoal, sem dúvida. Mas Marielle era inteligente demais para deixar-se iludir por uma ideia de meritocracia que ignora as estatísticas, faz que não vê as desigualdades sociais e desconsidera que as pessoas não começam todas do mesmo patamar.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/opinion/1521476455_299821.html>. Acesso em: 12 set. 2018 (adaptado).



TEXTO 3

Logo após o assassinato da vereadora Marielle Franco, ocorrido no Rio de Janeiro, em 2018, os compartilhamentos nas redes sociais lançaram, em nível internacional, uma personagem política que, mesmo tendo sido uma das mais votadas na capital carioca, não tinha espaço privilegiado na agenda. Durante a primeira quinzena de março, a coleta de publicações em que se mencionava “Marielle Franco” totalizou mais de 3 milhões e meio de *tweets*. As manifestações expressavam, principalmente, reações de apoio, marcadas por *hashtags* (palavras-chave) como #mariellepresente, #justiçaparamarielle, #somostodosmarielle, #mariellelive, mas também circulavam informações falsas que associavam a vereadora a atos ilícitos e mensagens que relativizavam o seu assassinato em função de sua atuação política em favor dos direitos humanos.

Disponível em: <<http://www.labic.net/blog/marielle-presente-mapa-de-tweets-publicados/>>. Acesso em: 12 set. 2018 (adaptado).

A partir das informações apresentadas, redija um texto que aborde os seguintes aspectos:

- o tensionamento entre a defesa dos Direitos Humanos realizada por Marielle Franco e a produção de notícias falsas após o assassinato da vereadora;
- os prejuízos da produção de notícias falsas para a sociedade democrática.

(valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Área livre



QUESTÃO DISCURSIVA 02

TEXTO 1

O Museu Nacional do Rio de Janeiro talvez fosse o lugar mais importante do Brasil dado o seu valor como patrimônio cultural e histórico não só brasileiro, mas mundial. O incêndio ocorrido no início de setembro de 2018 destruiu o lugar que era o símbolo da gênese do país como nação independente e continha um acervo inestimável, não só do ponto de vista da história da cultura e da natureza brasileiras, mas também do acervo de peças de significado mundial.

O Museu Nacional abrigava vários departamentos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Era um museu de exposição, mas também de pesquisa. A biblioteca de Antropologia, que devia ter uns 200 mil títulos e era um instrumento de trabalho fundamental para a pesquisa de vários docentes, foi construída ao longo de 50 anos, e perdeu-se. Parte pode ser recuperada, mas os fósseis, os insetos, as coleções de estudo, são insubstituíveis.

Outra perda incalculável refere-se ao material do acervo relativo a povos que foram destroçados pelo colonialismo europeu e que estavam ali como testemunhas mudas da história da invasão da América.

Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/09/04/culturaipilon/entrevista/eduardo-viveiros-de-castro-gostaria-que-o-museu-nacional-permanecesse-como-ruina-memoria-das-coisas-mortas-1843021>>. Acesso em: 10 set. 2018 (adaptado).

TEXTO 2

Ao consumir parte significativa do acervo de 20 milhões de peças da instituição, o incêndio arrasou também anos de trabalho e afetou, de forma irremediável, a pesquisa, com impactos na ciência brasileira e internacional. Segundo uma pesquisadora dessa instituição, apesar de o foco muitas vezes permanecer na perda do passado, quando perdemos um acervo que era usado para fazer pesquisa, perdemos também o futuro.

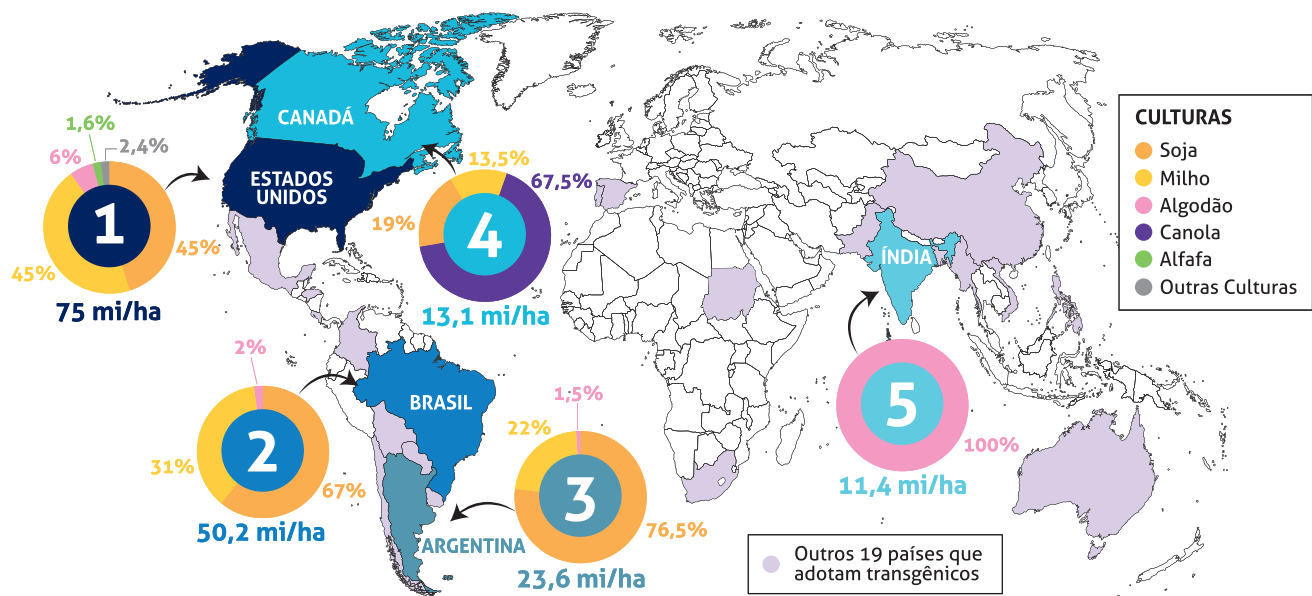
Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/>>. Acesso em: 10 set. 2018 (adaptado).

Considerando os trechos apresentados, redija um texto a respeito da importância dos museus para a sociedade contemporânea sob o ponto de vista da memória e das perspectivas de futuro, abordando três aspectos da função social dessas instituições. (valor: 10,0 pontos)

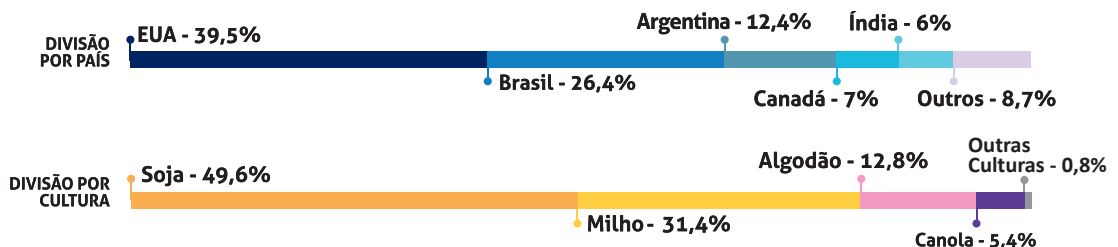
RASCUNHO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 01

OS CINCO PAÍSES COM MAIOR ÁREA PLANTADA COM TRANSGÊNICOS NO MUNDO
(em milhões de hectares - mi/ha)



Total de área plantada com transgênicos no Mundo:
189,8 mi/ha



Disponível em: <https://cib.org.br/wp-content/uploads/2018/06/2018.06.26.Top5_Portugues.pdf>. Acesso em: 18 Jul. 2018 (adaptado).

Considerando o infográfico apresentado, avalie as afirmações a seguir.

- I. A distribuição da área plantada com transgênicos no mundo reflete o nível de desenvolvimento econômico dos países.
- II. Os Estados Unidos da América possuem a maior área plantada de algodão transgênico no mundo.
- III. O hemisfério norte concentra a maior área de produção transgênica.
- IV. A área de produção de soja transgênica é maior no Brasil que na Argentina.

É correto apenas o que se afirma em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.
- E) II, III e IV.



QUESTÃO 02

A Economia Solidária expressa formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseadas no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade. São diversas atividades econômicas realizadas por organizações solidárias como cooperativas, associações, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, grupos solidários informais, fundos rotativos etc. Nos últimos anos, a Economia Solidária tem experimentado expansão no Brasil, em especial, dentre os segmentos populacionais mais vulneráveis.

Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/2015/>>. Acesso em: 12 jul. 2018 (adaptado).

Considerando as informações apresentadas, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. O fomento de atividades econômicas orientadas pelos princípios da Economia Solidária deve ser objeto de atenção no âmbito da gestão pública e requer políticas voltadas para essa área de atuação.

PORQUE

- II. A destinação de recursos públicos para empreendimentos fundamentados na Economia Solidária viabiliza a inclusão de diversos segmentos sociais na economia e promove a valorização de práticas e saberes construídos coletivamente.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A** As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
B As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
C A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
D A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
E As asserções I e II são proposições falsas.

Área livre

QUESTÃO 03

As questões relacionadas a organismos geneticamente modificados deixaram, há muito tempo, de serem discutidas apenas no âmbito acadêmico-científico. Também na arte, a transgenia ganhou lugar, ocupando o imaginário e a criatividade de artistas. Nesse campo, o brasileiro Eduardo Kac transita pela zona fronteira entre arte, ciência e tecnologia.

Os trabalhos de Eduardo Kac têm sido exibidos em exposições internacionais. Em seu currículo, constam obras de arte transgênicas, como GFP Bunny, uma coelha geneticamente modificada cujo pelo emite fluorescência verde ao ser iluminado por luz ultravioleta. Ela foi batizada com esse nome em razão da proteína verde fluorescente (*green fluorescent protein*) obtida de uma água-viva do Pacífico e injetada em óvulos de coelhos albinos, procedimento efetivamente realizado em um centro de pesquisa na França.

Disponível em: <www.g1.globo.com/Noticias/PopArte/>. Acesso em: 18 ago. 2018 (adaptado).



FONTEINE, C. Fotografia. Título: Alba, the fluorescent bunny, 2000.

Disponível em: <<http://www.ekac.org/gfpbunny.html#gfpbunnyanchor>>. Acesso em: 18 ago. 2018 (adaptado).

A partir das informações apresentadas, avalie as afirmações a seguir.

- I. A obra GFP Bunny, de Eduardo Kac, contribui para a ampliação dos horizontes artísticos por meio do uso da engenharia genética como técnica de criação artística.
- II. A obra GFP Bunny suscita várias questões, entre as quais se inclui a de caráter ético, como, por exemplo, a dos limites da pesquisa científica e do uso de aplicações tecnológicas.
- III. As obras de arte biotecnológicas promovem a circulação de conceitos do campo da arte e de técnicas laboratoriais, mas, ao mesmo tempo, banaliza a singularidade da produção do artista.

É correto o que se afirma em

- A** I, apenas.
- B** III, apenas.
- C** I e II, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.



QUESTÃO 04

TEXTO 1

Os fluxos migratórios, fenômenos que remontam à própria história da humanidade, estão em ritmo crescente no mundo, tornando urgentes, em todos os países, as discussões sobre políticas públicas para migrantes. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), 65,6 milhões de pessoas foram deslocadas à força no mundo em 2016.

Em relação aos destinos de acolhimento, no mesmo período, dados oficiais do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), apontam que 56% das pessoas deslocadas no mundo foram acolhidas por países da África e do Oriente Médio, 17% da Europa e 16% das Américas. Considerando o contexto brasileiro, de 2010 a 2015, a população de migrantes vindos de países da América do Sul cresceu 20% e alcançou o total de 207 mil pessoas.

Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/populacao-de-migrantes-no-brasil-aumentou-20-no-periodo-2010-2015-revela-agencia-da-onu/>>. Acesso em: 11 set. 2018 (adaptado).

TEXTO 2

Recentemente, a situação de imigração no Brasil, por ondas de deslocamento de pessoas nas fronteiras, tem sido percebida cotidianamente em matérias divulgadas pela grande mídia, principalmente no caso do estado de Roraima, que tem notificado a entrada de um grande número de venezuelanos. Somente em solicitações, na condição de refugiados, os venezuelanos formalizaram 17.865 pedidos de acolhida ao Brasil em 2017.

Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 11 set. 2018 (adaptado).

Considerando as informações apresentadas, avalie as afirmações a seguir.

- I. A situação econômica dos países é fator determinante dos padrões de contorno dos deslocamentos internacionais e está representada na distribuição geográfica dos continentes que mais acolhem as pessoas deslocadas no mundo.
- II. A América do Sul é a região em que há maior acolhimento de povos que, em razão de conflitos internos em seus países, têm se deslocado em massa.
- III. As situações de conflitos entre brasileiros e venezuelanos apontam para a necessidade de revisão da infraestrutura e das políticas públicas voltadas aos migrantes e refugiados.
- IV. A sociedade brasileira, caracterizada pela solidariedade e tolerância, apresenta baixa resistência e rejeição aos imigrantes, sendo os conflitos recentes ocorridos na fronteira explicados pela omissão estatal em relação a políticas de acolhimento.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I.
- B** III.
- C** I e IV.
- D** II e III.
- E** II e IV.

Área livre

QUESTÃO 05



Disponível em: <<http://www.soubh.com.br/exposicoes/exposicao-ccbb-afrika/>>. Acesso em: 12 jul. 2018 (adaptado).

TEXTO 1

A frase em latim “Ex Africa semper aliquid novi”, do escritor romano Caio Plínio, dita há 2.000 anos, significa “da África sempre há novidades a reportar”. A partir dessa ideia, o curador alemão Alfons Hug montou a exposição “Ex Africa”, que conta com 18 artistas de oito países africanos e dois artistas brasileiros. A ideia da mostra é retratar a produção artística africana sem estereótipos aos quais estamos acostumados, como objetos de artesanato e referências iconográficas.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/>>. Acesso em: 12 jul. 2018 (adaptado).

TEXTO 2

Até as vésperas da era colonial moderna era comum encontrar as imagens positivas sobre a África. Árabes e europeus descreveram as formas políticas africanas altamente elaboradas e socialmente aperfeiçoadas, entre as quais se alternavam reinos, impérios, cidades-Estado, entre outras. Após a conferência de Berlim (1885), que definiu a partilha colonial da África, essas imagens “simpáticas” começaram a sombrear. Reinos e Impérios foram substituídos pelas tribos primitivas em estado de guerra permanente, umas contra outras, para justificar e legitimar a Missão Civilizadora, que até hoje alimenta o imaginário da África no Brasil.

VIEIRA, F. S. S. Do eurocentrismo ao afropessimismo: reflexão sobre a construção do imaginário “África” no Brasil. **Em Debate**. PUC-Rio, n. 03, 2006 (adaptado).

A partir dos textos apresentados, avalie as afirmações a seguir.

- I. A África tem sido pensada, por muitos, como um único país, compreendida de forma monolítica, como se fosse formada por cultura única, ou, até mesmo, um lugar de povos sem cultura alguma, o que contribui e reforça a exclusão social das obras africanas do sistema das artes visuais.
- II. Construídas sob a égide do clichê da miserabilidade, as clássicas representações sobre a África, que retratam o continente como um celeiro da tradição, do arcaísmo, da produção manufaturada e artesanal, são estereótipos que precisam ser superados, por serem incompatíveis com a multiplicidade de expressões artísticas africanas.
- III. Os estereótipos sobre o continente africano foram construídos a partir de interesses políticos, culturais e econômicos que sustentaram, durante séculos, projetos de exploração e ações excludentes.

É correto o que se afirma em

- A** I, apenas.
- B** III, apenas.
- C** I e II, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.



QUESTÃO 06

TEXTO 1

Com base em dados de 2015, estima-se que, no Brasil, haja em torno de 100 mil pessoas em situação de rua. A população que vivencia situação de rua é formada por pessoas que, em sua maioria, possuem menos que o necessário para atender às necessidades básicas do ser humano, estando no limite da indigência ou da pobreza extrema, com comprometimento da própria sobrevivência. A situação desse grupo excluído e marginalizado pode decorrer de diversos fatores, como desemprego estrutural, migração, uso prejudicial de álcool e outras drogas, presença de transtornos mentais, conflitos familiares, entre outros.

HINO, P.; SANTOS, J. O.; ROSA, A. S. Pessoas que vivenciam situação de rua sob o olhar da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*. v. 71, Suplemento 1, p. 732-740, 2018 (adaptado).

TEXTO 2

O Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), lançou uma campanha que objetiva valorizar a saúde como um direito humano de cidadania e ressaltar que as pessoas em situação de rua têm o direito de ser atendidas na rede de serviços do SUS.

Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/campanhas-publicitarias/19300-campanha-pop-rua>>. Acesso em: 11 set. 2018 (adaptado).

A respeito da população que vivencia situação de rua e considerando os textos apresentados, avalie as afirmações a seguir.

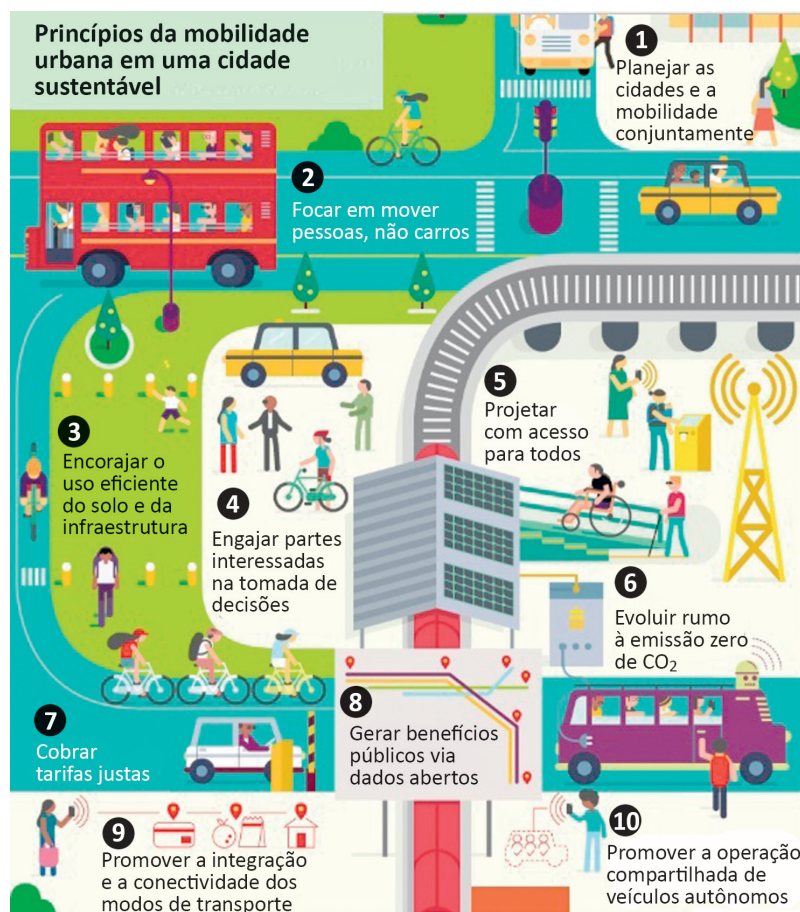
- I. Na elaboração de políticas públicas, devem ser considerados os fatores pessoais e contextuais que levam pessoas a viver em situação de rua, o que exige o trabalho de equipes multidisciplinares, com o objetivo de assegurar direitos de saúde, dignidade e cidadania a essa população.
- II. A inexistência de endereço fixo que possibilite fazer cadastros oficiais e estabelecer contato quando necessário, inviabiliza a inserção dos indivíduos em situação de rua nas políticas públicas de saúde, educação e moradia.
- III. A homogeneidade do grupo de pessoas que vivem em situação de rua contribui para o desenvolvimento das estratégias de acolhimento e de atendimento pelas equipes envolvidas em campanhas dirigidas a esse público.
- IV. A falta de moradia convencional e o comprometimento da identidade, da segurança, do bem-estar físico e emocional e do sentimento de pertencimento são problemas vivenciados pelas pessoas que vivem em situação de rua e requerem atenção do poder público.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

Área livre

QUESTÃO 07



Disponível em: <<https://www.thinglink.com/scene/980079663516745730?buttonSource=viewLimits>>. Acesso em: 26 jul. 2018 (adaptado).

Considerando as informações do infográfico, avalie as afirmações a seguir.

- No planejamento das cidades, deve-se priorizar o transporte coletivo, situação que está em consonância com o que ocorre nas cidades mais populosas do Brasil.
- O engajamento dos cidadãos nos debates e no planejamento das cidades é essencial para o desenvolvimento de projetos urbanos viáveis, acessíveis e sustentáveis.
- É necessário que o planejamento de uma cidade sustentável esteja focado na fluidez dos veículos automotores autônomos, na diversidade de opções de mobilidade e nas modalidades compartilhadas de transporte.
- A utilização de painéis solares para abastecer veículos e a diminuição da emissão de gases poluentes em uma cidade sustentável são metas ainda distantes de serem atingidas no Brasil, devido à primazia dos meios de transportes movidos a combustíveis fósseis.

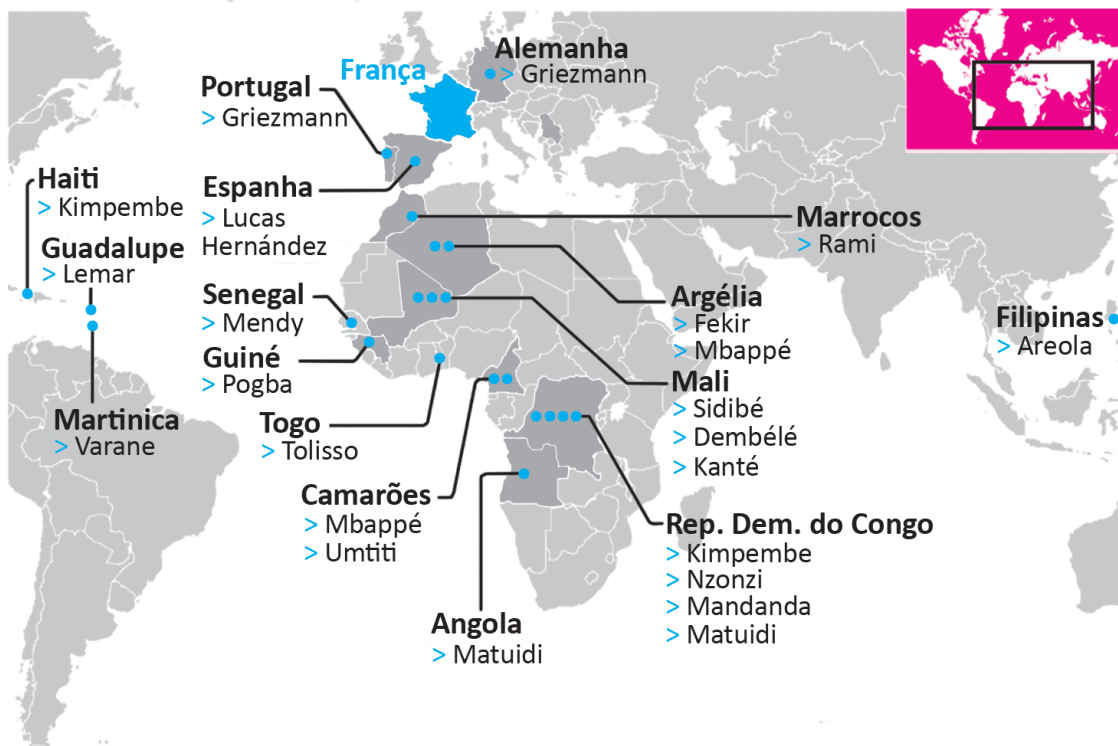
É correto apenas o que se afirma em

- I.
- II.
- I e III.
- II e IV.
- III e IV.



QUESTÃO 08

Seleção multicultural: países de origem dos pais dos jogadores da França



A seleção francesa participante da Copa do Mundo de Futebol de 2018, composta de 19 jogadores filhos de imigrantes da África e de outros países da Europa, foi mais multicultural que o elenco campeão da Copa de 1998. Apenas o goleiro Lloris, o lateral Pavard, o atacante Giroud e o meia Thauvin não se encaixam nessa descrição. Tal composição suscitou inúmeros debates acerca da presença de imigrantes na sociedade francesa e do multiculturalismo na Europa. À perspectiva multicultural se contrapõem a xenofobia, o racismo, a islamofobia, entre outras formas de segregação humana, sobretudo de imigrantes e seus descendentes.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/07/multiculturais-franca-e-belgica-buscam-unidade-nacional-na-copa.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2018 (adaptado).

Considerando as informações apresentadas, assinale a opção correta.

- A** A admiração dos torcedores pelos jogadores da seleção francesa evidencia a redução do preconceito de cidadãos franceses contra descendentes de imigrantes.
- B** O aumento do número de jogadores filhos de imigrantes e a ampliação da diversidade de nacionalidades ameaçam a perpetuação dos valores e da tradição do povo francês.
- C** A inclusão de jogadores de origem árabe e africana na seleção francesa teve o efeito imediato de minimizar visões e interpretações equivocadas dos efeitos da imigração, como desemprego e pobreza.
- D** A presença de jogadores franceses de origem africana sinaliza a efetiva integração dos imigrantes e de seus descendentes à sociedade francesa, após longo processo de incentivo à inclusão social de estrangeiros no país.
- E** A composição da seleção francesa aponta para a importância da perspectiva multicultural, em que se valorizam as formas de convívio entre os diferentes, a mediação de conflitos identitários e o exercício da alteridade.

COMPONENTE ESPECÍFICO

QUESTÃO DISCURSIVA 03

TEXTO 1

No dia 03 de abril de 2017, um refugiado da Síria, nação que vive violenta guerra civil desde 2011, foi atacado em Copacabana, bairro localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. Mohamed Ali, vendedor de esfirras e quitutes árabes, foi agredido por um homem por causa do ponto de venda. No vídeo disponível em redes sociais, pode-se perceber um homem com dois pedaços de madeira nas mãos gritando: “saia do meu país! Eu sou brasileiro e estou vendo meu país ser invadido por esses homens-bombas que mataram, esquartejaram crianças, adolescentes. São miseráveis”. O mesmo homem ainda afirma: “Essa terra aqui é nossa. Não vai tomar nosso lugar não”.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/refugiado-sirio-atacado-em-copacabana-saia-do-meu-pais-21665327>>.

Acesso em: 28 jun. 2018 (adaptado).

TEXTO 2

A Lei nº 9.474/1997 dispõe sobre o instituto do refúgio. Por meio dela pode-se aferir se uma pessoa é refugiada, quais direitos específicos ela possui e a quais obrigações está vinculada, sem prejuízo dos deveres e direitos outorgados de maneira *erga omnes* aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil, conforme estabelecido na Constituição Federal e em leis infraconstitucionais. As pessoas reconhecidas como refugiadas apenas vinculam-se à Lei nº 9.474/1997 nos aspectos específicos nela indicados.

BARRETO, L. P. T. F. (org). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010 (adaptado).

Considerando os textos apresentados e a inserção do Brasil nas organizações de defesa dos direitos humanos, atenda ao que se pede nos itens a seguir.

- a) Apresente, a partir do sistema jurídico de proteção dos direitos humanos, dois fundamentos jurídicos que asseguram o tratamento a ser conferido a cidadãos natos e refugiados no Brasil. (valor: 4,0 pontos)
- b) Apresente, na esfera cível, a consequência jurídica pelo ato praticado pelo cidadão brasileiro. (valor: 3,0 pontos)
- c) Apresente dois tipos penais pelos quais o cidadão brasileiro poderá responder em relação às condutas praticadas. (valor: 3,0 pontos)

RASCUNHO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



QUESTÃO DISCURSIVA 04

A sociedade contemporânea vive o fenômeno das mídias digitais de forma intensa. Nelas, são veiculadas diariamente notícias verdadeiras e também *fake news*. Em algumas oportunidades, reconstroem fatos que causam traumas àqueles que viveram o evento ou que expõem em demasia ao público aquilo que se pretende privado. O mundo virtual é capaz de causar danos, riscos terminais à privacidade e à autonomia individual, emanados da ampla abertura da arena pública aos interesses privados [e também o inverso], e sua gradual mas incessante transformação numa espécie de teatro de variedades dedicado à diversão ligeira.

BAUMAN, Z. **Danos colaterais**: desigualdades sociais numa era global. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013 (adaptado).

A partir das ideias apresentadas, redija um texto acerca do direito ao esquecimento na sociedade da informação, abordando, necessariamente, os aspectos a seguir:

- os direitos da personalidade em diálogo com os direitos fundamentais como meio de prevenção de danos;
- um fundamento jurídico que ampare o direito ao esquecimento;
- um fundamento jurídico que garanta o direito à informação.

(valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Área livre



QUESTÃO DISCURSIVA 05

Uma moradora da cidade de Oito Amores propôs ação de divórcio direto litigioso cumulada com as de alimentos e guarda de filhos menores em face de seu cônjuge. Na petição inicial, esclareceu que não tinha interesse na realização da audiência de conciliação ou de mediação. O magistrado, ao receber a inicial, considerou preenchidos os requisitos da petição e determinou a citação do réu, designando audiência preliminar nos termos do art. 334 do Código de Processo Civil (CPC/2015). O réu contratou advogada que o instruiu, estimulando-o a comparecer à audiência, apesar do manifesto desinteresse da autora, bem como enfatizou a importância da construção de soluções consensuais.

Considerando o caso apresentado, analise a conduta da advogada do réu, com base no modelo de processo adotado pelo CPC/2015, em especial, no que diz respeito às normas fundamentais norteadoras dos diversos meios de solução dos conflitos. (valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Área livre



QUESTÃO 09

Quando a si própria se designa como 'pura' teoria do Direito, isto significa que ela se propõe a garantir um conhecimento apenas dirigido ao Direito e excluir desse conhecimento tudo quanto não pertença ao seu objeto, tudo quanto não se possa, rigorosamente, determinar como Direito. Quer isto dizer que ela pretende libertar a ciência jurídica de todos os elementos que lhe são estranhos.

KELSEN, H. **Teoria pura do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (adaptado).

Considerando-se o excerto apresentado e o pensamento de seu autor, é correto afirmar que o fato de a teoria designar a si própria como pura teoria do direito pressupõe que ela

- A** garante um conhecimento científico e neutro do direito, considerado em sua totalidade como norma, fato e valor.
- B** tem como base de análise o plano normativo, do dever ser, para permitir a construção de um modelo ideal de direito.
- C** tem por objeto de estudo o direito em sua autonomia, afastando-se de outros objetos de estudo e do sincretismo metodológico.
- D** apresenta concepção de base científica, o que garante que o direito seja compreendido a partir da sua universalidade e necessidade, aproximando-se ao método científico das ciências da natureza.
- E** detém autonomia científica, embora isso não impeça eventuais conexões com a moralidade, o que é importante para permitir que o direito atenda a demandas complexas das sociedades contemporâneas.

Área livre

QUESTÃO 10

A autoridade máxima da Constituição, reconhecida pelo constitucionalismo, vem de uma força política capaz de estabelecer e manter o vigor normativo do texto. Essa magnitude que fundamenta a validade da Constituição, desde a Revolução Francesa, é conhecida com o nome de poder constituinte originário. Como o poder constituinte originário traça um novo sentido e um novo destino para a ação do poder político, ele será mais nitidamente percebido em momentos de viragem histórica.

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. **Curso de direito constitucional**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (adaptado).

A partir do excerto apresentado, avalie as afirmações a seguir.

- I. O poder constituinte originário existe para ordenar e limitar juridicamente os poderes do Estado.
- II. O poder constituinte originário é ilimitado, visto que o povo outorga liberdade irrestrita para que o legislador originário estabeleça uma nova Constituição, conferindo ao Estado a forma de direito que lhe aprouver.
- III. Um das características da natureza jurídica do poder constituinte originário é ser ele incondicionado, não se sujeitando a formas prefixadas para operar, bem como não estando vinculado às convenções anteriores que formavam a base da ordem jurídica revogada.

É correto o que se afirma em

- A** I, apenas.
- B** II, apenas.
- C** I e III, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.

Área livre



QUESTÃO 11

A Declaração Universal dos Direitos Humanos chega aos seus 70 anos de existência em um tempo de desafio crescente.

Em dezembro de 1948, a UNESCO foi a primeira agência da Organização das Nações Unidas a colocar a Declaração Universal no centro de todas as suas ações e a promovê-la pelo mundo por meio da educação e da mídia.

Nesse contexto, a UNESCO convoca todos a renovarem seu compromisso com os direitos humanos e com a dignidade que une a humanidade como uma única família, e a defender a Declaração dos Direitos Humanos em cada sociedade e em todas as instâncias.

Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unesco-declaracao-dos-direitos-humanos-chega-aos-70-anos-em-meio-a-desafios-crescentes>>. Acesso em: 12 jul. 2018 (adaptado).

Considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que proclamou os direitos inalienáveis de todos os seres humanos com base no princípio da dignidade humana, avalie as afirmações a seguir.

- I. A fim de que seu significado possa ter a maior amplitude possível, a DUDH deixou de conceituar o princípio da dignidade humana.
- II. A Assembleia Geral das Nações Unidas promulgou a DUDH que, por ser considerada costume internacional, vincula as decisões na ordem interna.
- III. Para facilitar sua aplicação de acordo com o regionalismo cultural, a DUDH preconiza a ideia do universalismo decorrente da noção de que os direitos assumem a forma de cláusula fechada.

É correto o que se afirma em

- A** I, apenas.
- B** III, apenas.
- C** I e II, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.

QUESTÃO 12

A Corte Interamericana de Direitos Humanos publicou opinião consultiva que reitera a jurisprudência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos de que a orientação sexual e a identidade de gênero são direitos protegidos pela Convenção Americana de Direitos Humanos, como direitos ligados às garantias de liberdade e de autodeterminação que devem ser reconhecidas pelos Estados integrantes da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Considerando esse contexto, assinale a opção correta.

- A** O reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro do direito de alteração do nome e do sexo dos transgêneros no documento de identificação, sem a necessidade de realização da cirurgia de transgenitalização, corrobora a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- B** A recente decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro acerca da não obrigatoriedade da realização de cirurgia de transgenitalização demonstra que o Brasil tem aplicado corretamente o controle de convencionalidade.
- C** A Constituição Federal brasileira de 1988, no que se refere à união de pessoas do mesmo sexo, não se coaduna com a mencionada opinião consultiva, uma vez que não prevê a união homoafetiva, posição corroborada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- D** A amplitude do conceito de igualdade de gênero, intrinsecamente associado ao da dignidade essencial da pessoa, permite que os Estados adotem políticas públicas restritivas em relação aos direitos da população LGBTI+.
- E** A comunidade internacional está obrigada a observar as opiniões consultivas proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, tanto em suas políticas públicas como em seus ordenamentos jurídicos internos.



QUESTÃO 13

TEXTO 1

Em 5 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG. Subitamente, uma avalanche contendo milhões de toneladas de rejeitos de mineração foi despejada sobre o Rio Doce, seus afluentes e comunidades ribeirinhas. Essa pode ser considerada a mais grave tragédia ambiental brasileira e o maior desastre do gênero na história da mineração mundial. Para seu enfrentamento, a compreensão do Direito deve ir além das regras jurídicas, alcançando os princípios, entendidos como normas jurídicas impositivas de uma otimização, que, compatíveis com vários graus de concretização, de acordo com os condicionalismos fácticos e jurídicos, permitem o balanceamento de valores e interesses (não obedecem, como as regras, à lógica do ‘tudo ou nada’), consoante o seu peso e ponderação de outros princípios eventualmente conflitantes.

MACHADO, P. A. L. *Direito ambiental brasileiro*. 21. ed., São Paulo: Malheiros, 2013 (adaptado).

TEXTO 2

O princípio nº 15 da Declaração Rio/92, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, prevê que os Estados devem adotar medidas de proteção ao meio ambiente de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para evitar a degradação ambiental.

Disponível em: <<https://ambientedomeio.com/2016/06/02/acoes-relacionadas-ao-rompimento-da-barragem-de-mariana-serao-julgadas-pela-justica-federal/>>. Acesso em: 13 jul. 2018 (adaptado).

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que o princípio nº 15 da Declaração Rio/92 está associado, no que diz respeito ao Direito, ao

- A** princípio do usuário-pagador, pois o uso sem ônus dos recursos ambientais tem gerado enriquecimento ilícito do usuário, uma vez que a coletividade que não usa do recurso ou que o utiliza em menor escala fica onerada, enquanto o poluidor invade a propriedade pessoal de todos os que não poluem.
- B** princípio da integração, segundo as diretrizes da economia verde que promove o crescimento econômico sustentado e inclusivo, fomentando inovação, oportunidades, benefícios e capacitação para todos, com respeito aos direitos humanos e às garantias fundamentais do Estado brasileiro.
- C** princípio da reparação, adotado pela Lei de Política Nacional de Meio Ambiente, com base na responsabilização objetiva, prevista na Constituição da República de 1988, que considera tal responsabilização como obrigação jurídica no caso de danos ambientais.
- D** princípio da precaução, haja vista que as medidas de proteção ao meio ambiente não devem se limitar à eliminação ou à redução do dano ambiental já existente ou iminente, mas fazer com que o dano seja combatido desde seu início e que o recurso natural seja fruído de forma mais prolongada.
- E** princípio da informação, já que cada pessoa tem o direito de saber sobre os planos, decisões e atividades suscetíveis de afetar, ao mesmo tempo, o meio ambiente e a saúde, informações que são indispensáveis ao procedimento de autorização ambiental.

QUESTÃO 14

Por meio da Lei nº 13.467/2017, também chamada de Reforma Trabalhista, foi acrescentado o inciso III ao art. 62 da CLT, o qual trata das exceções sobre o controle da jornada de trabalho, ficando determinado que tal controle não se aplica aos empregados em regime de teletrabalho. O art. 58 da CLT assim estabelece: “A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite”.

Considerando as informações apresentadas, avalie as afirmações a seguir.

- I. As horas extras, para os trabalhadores contratados na forma de teletrabalho, são devidas quando, de alguma forma, houver compatibilidade com o controle de jornada e caso estejam preenchidos os requisitos da relação de emprego.
- II. O acordo coletivo e o preenchimento dos requisitos da relação de emprego são elementos indispensáveis para que o empregado que labora em regime de teletrabalho receba o pagamento de horas extras.
- III. As horas extras, para os trabalhadores contratados na forma de teletrabalho, são devidas somente quando as partes, de forma expressa, assim ajustarem, ainda que não preenchidos os requisitos da relação de emprego.

É correto o que se afirma em

- A** I, apenas.
- B** III, apenas.
- C** I e II, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.

Área livre



QUESTÃO 15

No sistema constitucional brasileiro vigente, é inconstitucional a diferenciação de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros, devendo ser aplicado, em ambos os casos, o regime estabelecido no art. 1829 do Código Civil. Com base nesse entendimento, o Plenário, ao apreciar o Tema 809 da repercussão geral, por maioria, deu provimento ao recurso extraordinário para reconhecer, de forma incidental, a inconstitucionalidade do art. 1790 do Código Civil de 2002 e declarar o direito da recorrente a participar da herança de seu companheiro, em conformidade com o regime jurídico estabelecido no art. 1829. O Supremo Tribunal Federal afirmou que a Constituição contempla diferentes formas de família, além da que resulta do casamento. Nesse rol incluem-se as famílias formadas mediante união estável. Portanto, não é legítimo desequiparar, para fins sucessórios, os cônjuges e os companheiros, isto é, a família formada por casamento e a constituída por união estável. (RE 646721/RS, rel. Min. Marco Aurélio, red. p/ o ac. Min. Roberto Barroso em RE 878694/MG, julgamento em 10.5.2017.)

Informativo STF nº 864, 8 a 12 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br//arquivo/informativo/documento/informativo864>>. Acesso em: 3 jul. 2018 (adaptado).

Com base nesse fragmento de decisão, assinale a opção correta.

- A** A interpretação dada à matéria é histórica, visto que se atribui valor à vontade do legislador, dados os precedentes e as discussões deliberativas.
- B** A interpretação apresentada considera a lacuna na lei, que não prevê ambos os institutos, devendo considerar com prioridade a igualdade jurídica das entidades familiares.
- C** A técnica de interpretação aplicada ao caso em questão é a sociológica, dada a plasticidade social da época em que a norma foi criada e dado o tempo decorrido até a decisão.
- D** A técnica de interpretação aplicada ao caso em questão é a técnica de interpretação conforme a Constituição, apoiada nos direitos fundamentais e nos princípios constitucionais.
- E** Os princípios gerais do direito, que são princípios constitucionais, devem ser aplicados na interpretação da decisão em questão, sanando-se as omissões normativas das condutas socialmente aceitas.

Área livre



QUESTÃO 16

TEXTO 1

Em decisão recente (25/10/2017), a 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) editou a Súmula 593 que versa sobre delitos sexuais, nos seguintes termos: “O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente”.

Disponível em: <www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunicação/noticias/Noticias/Tribunal-edita-tres-novas-sumulas>. Acesso em: 1 jul. 2018 (adaptado).

TEXTO 2

Sob a ótica legal, os dispositivos que tratam do delito de estupro comum e de vulnerável no Código Penal brasileiro, após as alterações promovidas pela Lei nº 12.015/2009, dispõem em seus textos, respectivamente: “Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”; “Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”.

Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 1 jul. 2018.

Considerando as informações apresentadas, assinale a opção correta.

- A** A decisão do STJ refuta as teses jurídico-penais da presunção relativa de violência e do erro de tipo escusável.
- B** A decisão do STJ retrata a teoria constitucional da proteção integral do ser humano ainda criança ou adolescente.
- C** O constrangimento por meio de violência ou grave ameaça é elemento essencial (elementar) do delito de estupro de vulnerável.
- D** O consentimento conferido pela vítima ao agente, aliado à sua experiência sexual anterior, tornam atípico o delito de estupro comum.
- E** As declarações da vítima são de vital importância para o convencimento do julgador quanto à ocorrência do dolo e da tipicidade no delito de estupro de vulnerável.

Área livre



QUESTÃO 17

A desconsideração da personalidade jurídica é aplicada no Brasil há algumas décadas, como se pode observar nas principais leis, antes mesmo de constar no Código de Processo Civil de 2015. Existem duas vertentes de aplicação da referida desconsideração: o Código de Defesa do Consumidor traz a denominada Teoria Menor e o Código Civil trata da Teoria Maior, sendo essa última teoria a mais aceita pela doutrina em geral e pelos tribunais, formando forte jurisprudência. Além disso, o Código de Processo Civil positivou a aplicação da desconsideração inversa, confirmando uma prática já recorrente no Poder Judiciário, visando a possibilidade de responsabilizar a empresa por dívida ou fraude dos sócios.

ALVIM, A. A. et al (Org.). **Comentários ao Código de Processo Civil** - Lei nº 13.105/2015. 1. ed., São Paulo: Saraiva, 2016 (adaptado).

A partir do exposto, avalie as afirmações a seguir.

- I. A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica implica a anulação ou o desfazimento do ato constitutivo da sociedade empresarial.
- II. É possível a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- III. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica afigura-se como demanda incidental voltada a reconhecer a inoponibilidade da personalidade jurídica da sociedade que, uma vez declarada, permite estender a responsabilidade patrimonial para um terceiro (sócio ou sociedade).
- IV. A desconsideração inversa da personalidade jurídica caracteriza-se pelo afastamento da autonomia patrimonial da sociedade para, contrariamente ao que ocorre na desconsideração da personalidade propriamente dita, atingir o ente coletivo e seu patrimônio social de modo a responsabilizar a pessoa jurídica por obrigações do sócio.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

Área livre

QUESTÃO 18

No Estado Moderno, a soberania vem sendo apontada como elemento essencial à leitura do Estado, tendo sido de excepcional importância para que este se definisse, exercendo grande influência prática nos últimos séculos, sendo ainda uma característica fundamental do Estado. É, pois, de grande interesse o seu estudo, que deverá ser iniciado através da verificação dos precedentes históricos que explicam o seu aparecimento.

DALLARI, D. A. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2017 (adaptado).

A partir das informações do excerto, assinale a opção correta.

- A** Os sistemas de proteção aos direitos humanos preconizam a prevalência da soberania estatal sobre a soberania pessoal.
- B** O cidadão é um meio para que o Estado atinja sua finalidade maior, que é gerar o bem comum à sociedade, devido à prevalência da soberania nacional.
- C** A soberania estatal brasileira deve prevalecer em face da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- D** A soberania nacional indica que o ordenamento jurídico nacional não se submete ao internacional quando isso não for conveniente para a manutenção de um Estado forte e autodeterminado.
- E** A soberania estatal pode e deve ser exercida em contraposição aos direitos humanos, mesmo que o Estado tenha aderido voluntariamente à jurisdição de uma Corte Internacional de Direitos Humanos.

Área livre



QUESTÃO 19

O Ministério Público Federal (MPF) propôs ação civil pública em face de cidadão, que, sem licença ambiental, edificou residência às margens de córrego situado em área de preservação ambiental permanente. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) ingressou no processo como assistente litisconsorcial do autor. Foram deduzidos os seguintes pedidos na inicial: (1) a demolição das construções localizadas a menos de 30 m da área de preservação permanente; (2) o reflorestamento de 30 m de cada lado das margens do córrego com essências nativas; (3) a reconstituição do leito natural do córrego; (4) o pagamento de multa compensatória pela degradação ambiental; e, ainda, (5) a abstenção de intervir na propriedade sem o prévio consentimento dos órgãos ambientais.

Antes de iniciada a instrução, o MPF celebrou acordo com o réu visando pôr fim ao litígio, tendo ficado acordado que o réu: (1) reflorestaria 30 m de cada lado das margens do córrego com essências nativas; (2) reconstituiria o leito natural do córrego; (3) recolheria multa compensatória pela degradação ambiental; (4) entregaria, também a título de indenização, 8 microcomputadores a uma organização local voltada à preservação ambiental; e, ainda, (5) abdicaria de intervir na propriedade sem o prévio consentimento dos órgãos ambientais.

Apesar de o IBAMA ter sido contrário ao acordo, principalmente por não prever a demolição da residência, sua homologação ocorreu pelo juiz natural, o qual entendeu que, mesmo sem a imposição de demolição, as demais obrigações constantes da transação eram adequadas à reparação e à prevenção do dano e atendiam ao interesse público.

Considerando o texto apresentado e o regramento atinente ao processo coletivo, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. O acordo celebrado pelo MPF com o réu deve ser considerado inválido.

PORQUE

- II. Os direitos tutelados no processo coletivo são indisponíveis e, portanto, insuscetíveis de autocomposição.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A** As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B** As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C** A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D** A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E** As asserções I e II são proposições falsas.

Área livre

QUESTÃO 20

Marido e mulher, casados por 13 anos, têm um filho em comum. Em dezembro de 2017, quando a criança completou 7 anos de idade, o pai deixou o lar conjugal em razão do fim do relacionamento e da impossibilidade de restabelecimento da vida em comum. A mulher não aceita o fim do casamento e se recusa a conversar com o cônjuge sobre as questões relativas ao divórcio do casal. Desde sua saída da residência comum, o pai tenta visitar o filho todos os dias, mas só consegue ficar com ele no sábado ou domingo de cada semana. A criança pouco aceita sua companhia, visto que a mãe, após a separação, passou a desqualificar a conduta do cônjuge como pai e a dificultar seu contato com o filho, orientando o menino a não mais buscar e aceitar sua companhia, sob a alegação de que o pai foi capaz de “abandonar a própria família”. Em abril de 2018, a mulher mudou-se para a cidade onde seus pais residem, distante 800 km de sua última residência, o que dificulta a convivência do filho com o genitor. O pai, desesperado com a mudança de seu filho para outra cidade, procura advogado para buscar uma solução para o drama familiar vivido.

Considerando essa situação hipotética, avalie as afirmações a seguir.

- I. Os atos da mulher caracterizam alienação parental, que deverá ser comprovada em ação autônoma, devendo o filho ser submetido à escuta especializada e ao depoimento especial perante a autoridade judiciária.
- II. A conduta da mulher configura ato de alienação parental, que deve ser diagnosticado por meio de procedimento de entrevista perante um profissional especializado ou equipe multidisciplinar habilitados, com aptidão comprovada por histórico profissional ou acadêmico para tal.
- III. A caracterização da mudança de endereço como abusiva, dada a obstrução da convivência familiar, autoriza o juiz a impor à mãe a obrigação de levar a criança até o pai por ocasião dos períodos de convivência familiar.

É correto o que se afirma em

- A** I, apenas.
- B** III, apenas.
- C** I e II, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.

Área livre



QUESTÃO 21

Os juristas costumam dividir as fontes do direito em materiais e formais. Em síntese, aquelas constituem os mais variados elementos e fatores que influenciam e determinam a criação de normas jurídicas, enquanto estas constituem precisamente a forma pela qual se manifestam ou se exteriorizam tais normas. As fontes formais primárias mais importantes do direito empresarial são as normas que regem o exercício profissional de atividade econômica organizada, ou seja, as normas que disciplinam a empresa e os empresários.

RAMOS, A. L. S. C. **Direito empresarial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2017 (adaptado).

A partir dessas informações, avalie as afirmações a seguir.

- I. Os fatores econômicos são fontes materiais do direito empresarial.
- II. As normas que regem o exercício profissional de atividade econômica organizada, ou seja, as normas que disciplinam a empresa e os empresários, são fontes formais do direito empresarial.
- III. As normas do Código Civil brasileiro intituladas Direito das Obrigações e Dos Contratos são fontes formais do Direito Empresarial.

É correto o que se afirma em

- A** II, apenas.
- B** III, apenas.
- C** I e II, apenas.
- D** I e III, apenas.
- E** I, II e III.

Área livre

QUESTÃO 22

Uma pessoa jurídica de direito privado sediada no Brasil aplica efetivamente a autorregulação imposta pelo *compliance* para todos os seus funcionários, consubstanciado em um rigoroso código de ética e de conduta, por meio da instituição de procedimentos internos de integridade que incentivam a denúncia de irregularidades, além de se submeter a auditorias periódicas.

A despeito desse fato, a referida pessoa jurídica, interessada em vender seu principal produto a um governo de país estrangeiro, enviou representante para oferecer propina a um diplomata brasileiro que desempenhava suas funções naquele país, com o objetivo específico de que ele influenciasse as autoridades locais a fraudar a licitação para a compra do referido produto da empresa brasileira. O representante do governo brasileiro também estava instruído a oferecer propina diretamente às autoridades daquele país.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A empresa deverá ser responsabilizada apenas administrativamente e a pessoa que atuou como seu representante no exterior deverá ser identificada e autuada.
- B** A empresa e o seu representante, ao realizarem o ilícito, deverão ser responsabilizados administrativamente e criminalmente pelos atos de corrupção.
- C** O Ministério Público brasileiro deverá valer-se de ação civil pública para responsabilizar a empresa na esfera administrativa pelos atos lesivos ao erário público.
- D** A existência do código de ética, dos procedimentos internos de integridade e das auditorias deve ser levada em consideração em favor da empresa na aplicação das sanções administrativas.
- E** A empresa autora da corrupção, em eventual celebração de acordo de leniência com o Ministério Público brasileiro, será eximida da obrigação de reparar o dano causado, cujo ônus caberá à pessoa física que realizou o ato ilícito.

Área livre



QUESTÃO 23

TEXTO 1

Leia, a seguir, os fragmentos de normas associadas à ordem tributária.

“Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: I – omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;” (Art. 1º, Lei nº 8.137/1990)

“Serão arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 10 000,00 (dez mil reais)”. (Art. 20, Lei nº 10.522/2002)

“I. A não inscrição na Dívida Ativa da União de débito de um mesmo devedor com a Fazenda Nacional de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 1 000,00 (mil reais); e II. O não ajuizamento de execuções fiscais de débitos com a Fazenda Nacional, cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R\$ 20 000,00 (vinte mil reais)”. (Portaria nº 75/2012 do Ministério de Estado da Fazenda)

“Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo”. (Súmula 24, STF)

TEXTO 2

Um sujeito foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) pela prática, em tese, do delito previsto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/1990, com base em auto de infração lavrado pela Fazenda Pública indicando suposta omissão de informação relativa ao recolhimento de imposto de competência do ente federativo estatal ao qual pertence sua empresa, no valor de R\$ 20 000,00. O denunciado ainda responde processo administrativo.

Com base nas informações e na situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A denúncia oferecida pelo MPF deve ser recebida pelo Poder Judiciário porque o valor sonogado do tributo ultrapassa R\$ 10 000,00, limite estabelecido por lei e que se sobrepõe ao teto previsto por norma administrativa.
- B** O trânsito em julgado da decisão administrativa fiscal constitui condição para a instauração da ação penal contra o denunciado pela prática do delito tributário previsto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/1990.
- C** O delito praticado deve ser considerado fato materialmente atípico sob o fundamento da insignificância, uma vez que o valor da supressão ou redução do tributo estadual não ultrapassa o valor de R\$ 20 000,00.
- D** O processo-crime instaurado seguirá o trâmite processual paralelamente ao procedimento administrativo, e a absolvição do réu nesta instância vinculará o julgamento na seara criminal.
- E** O delito tributário praticado constitui crime formal, cuja consumação se dá quando expirado o prazo para recolhimento do valor do tributo, sem que este tenha sido pago.

QUESTÃO 24

Os embargos de declaração consistem em espécie de recurso que é julgado pelo próprio órgão que prolatou a decisão embargada. Pontes de Miranda observa que, pelos embargos de declaração, “não se pede que se redecida; pede-se que se reexprima”. Ainda sobre o assunto, Rodrigo Mazzei esclarece que algumas garantias inseridas no ventre da Carta Magna de 1988 podem ser protegidas e concretizadas através do manejo dos embargos de declaração, como é o caso da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV) e da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII).

MIRANDA, P. de. **Comentários ao Código de Processo Civil**, tomo VII (arts. 496-538). Rio - São Paulo: Forense, 1975 (adaptado).

MAZZEI, R. Art. 1.022. In: DIDIER JR., F.; TALAMINI, E.; DANTAS, B. (Coord.). **Breves comentários ao novo Código de Processo Civil**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2016, p. 2.373 (adaptado).

Segundo o Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração

- A** não interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- B** têm por finalidade reformar ou anular a decisão impugnada.
- C** devem ser julgados colegiadamente, ainda que opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal.
- D** concretizam a garantia da razoável duração do processo e, por isso, não existe hipótese de serem considerados manifestamente protelatórios.
- E** são utilizados para impugnar decisão em que se considera haver omissão por se limitar a invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.

QUESTÃO 25

Considerando a função social da propriedade intelectual e sua relação com aspectos econômicos na sociedade brasileira, avalie as afirmações a seguir.

- I. O Estado, em nome do interesse público, pode intervir no direito da propriedade intelectual, buscando a estabilidade no mercado econômico, tanto no âmbito público quanto no âmbito privado.
- II. A propriedade intelectual, por não possuir natureza patrimonial, não se equipara ao direito de propriedade previsto no art. 5º, inciso XXII, da Constituição Federal.
- III. A intervenção estatal pode-se dar de maneira limitadora, compreendida como o limite temporal que a lei determina para a exploração da patente de invenção, ou de maneira impulsionadora, que implica a intervenção do Estado para a garantia dos direitos de exclusividade do proprietário.

É correto o que se afirma em

- A** I, apenas.
- B** II, apenas.
- C** I e III, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.

Área livre



QUESTÃO 26

Considerando a disciplina legal acerca do trabalho intermitente, avalie as afirmações a seguir.

- I. O intervalo, não remunerado, entre os chamados da empresa é classificado como “período de inatividade”, durante o qual o trabalhador pode prestar qualquer tipo de serviço a outras instituições, exceto por meio de outro contrato intermitente.
- II. No trabalho intermitente, não há previsão de jornada fixa, nem de quantidade de horas a serem trabalhadas diária, semanal ou mensalmente, bem como não há garantia de salário mínimo.
- III. Nas negociações coletivas de trabalho, é obrigatória a participação dos sindicatos, que também representarão os trabalhadores contratados sob o regime do trabalho intermitente.

É correto o que se afirma em

- A** I, apenas.
- B** III, apenas.
- C** I e II, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.

QUESTÃO 27

A organização tributária de um país pode resultar em diminuição ou aumento das desigualdades sociais. Conforme o atual sistema tributário brasileiro, a tributação é constituída por tributos diretos – que recaem sobre o patrimônio e a renda – e por tributos indiretos – que incidem sobre o consumo. A tributação direta tem caráter mais progressivo e atende de maneira mais justa aos ditames da igualdade e da capacidade contributiva. Já a tributação indireta possui caráter mais regressivo, pois ricos e pobres contribuem com um mesmo valor na compra de um produto, mercadoria ou aquisição de serviço.

São vários os efeitos de um sistema que privilegia uma carga tributária incidente sobre o consumo em detrimento do patrimônio e da renda. Um deles é

- A** a inibição do consumo.
- B** a expansão da economia.
- C** o crescimento da geração de emprego.
- D** a maior competitividade entre as empresas.
- E** a diminuição de preços de produtos industrializados.

Área livre



QUESTÃO 28

Há, no Brasil, duas sortes de controle de constitucionalidade das leis: o controle por via de exceção e o controle por via de ação. A aplicação da via de exceção, unicamente pelo recurso extraordinário, a princípio, e, a seguir, também pelo mandado de segurança, configura o momento liberal das instituições pátrias, volvidas preponderantemente, desde a Constituição de 1891, para a defesa e salvaguarda dos direitos individuais. Sem a presença dessa inspiração tão forte, tão individualista, tão liberal, o país jamais teria chegado a cimentar o alicerce de um controle jurisdicional. A ação direta de inconstitucionalidade, dentro do sistema brasileiro de controle jurisdicional das leis, representa, desde a Constituição de 1946, um importantíssimo instrumento de proteção da Carta Magna, mais volvido tão somente para a tutela do direito objetivo, mediante o exame, em tese, da inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo federal ou estadual, sendo competente para processar e julgar originariamente essa ação o Supremo Tribunal Federal (STF).

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros Editores, 2017 (adaptado).

A partir dessas informações, assinale a opção correta em relação às especificidades do modelo de controle concentrado de constitucionalidade adotado no Brasil.

- A** O recurso extraordinário é o meio adequado de impugnação perante o controle concentrado federal.
- B** Os estados-membros da Federação não têm prerrogativa para exercer o controle concentrado de constitucionalidade.
- C** As decisões do STF são condicionadas à causa de pedir, devendo nelas ser apontado o fundamento constitucional violado.
- D** Os efeitos dados às decisões desse modelo de controle são *erga omnes* e, conseqüentemente, geram súmulas vinculantes.
- E** Os efeitos dados às decisões desse modelo de controle são *ex tunc*, em regra, podendo ser modulados em razão do interesse público.

QUESTÃO 29

Poucas questões respeitantes à sociedade humana têm sido postas com tanta persistência e têm obtido respostas, por parte de pensadores sérios, de formas tão numerosas, variadas, estranhas e até paradoxais como a questão: O que é o Direito?

HART, H. L. A. **O conceito de Direito**. Tradução de A. Ribeiro Mendes. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2007 (adaptado).

Considerando o marco da teoria analítica e o pensamento juspositivista de Herbert Hart, assinale a opção correta.

- A** O autor, na sua descrição sobre o que é o direito, incorpora a moralidade como um dos seus elementos conceituais e necessários.
- B** O autor adota uma postura descritiva para compreender o direito que existe, afastando-se de uma abordagem idealizada do direito.
- C** O autor compreende que, para além das regras, o direito é constituído por princípios jurídicos, que são dimensões de justiça, equidade e moralidade.
- D** O autor exclui as regras de textura aberta do conceito de direito, pois elas permitem um espaço de abertura interpretativa incompatível com a segurança jurídica pretendida pelo positivismo.
- E** O autor, para defender a objetividade do conceito de direito, bem como as ideias de segurança e previsibilidade, critica a atuação discricionária dos juízes e defende um sentido único para se interpretar o que é o direito.



QUESTÃO 30

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. [...] DANOS DECORRENTES DE VAZAMENTO DE AMÔNIA NO RIO SERGIPE. ACIDENTE AMBIENTAL [...]. [...] a) para demonstração da legitimidade para vindicar indenização por dano ambiental que resultou na redução da pesca na área atingida, o registro de pescador profissional e a habilitação ao benefício do seguro-desemprego, durante o período de defeso, somados a outros elementos de prova que permitam o convencimento do magistrado acerca do exercício dessa atividade, são idôneos à sua comprovação; b) a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar a obrigação de indenizar; [...]; d) em vista das circunstâncias específicas e homogeneidade dos efeitos do dano ambiental verificado no ecossistema do rio Sergipe – afetando significativamente, por cerca de seis meses, o volume pescado e a renda dos pescadores na região afetada –, sem que tenha sido dado amparo pela poluidora para mitigação dos danos morais experimentados e demonstrados por aqueles que extraem o sustento da pesca profissional, não se justifica, em sede de recurso especial, a revisão do *quantum* arbitrado, a título de compensação por danos morais, em R\$ 3 000,00 (três mil reais); e) o dano material somente é indenizável mediante prova efetiva de sua ocorrência, não havendo falar em indenização por lucros cessantes dissociada do dano efetivamente demonstrado nos autos; assim, se durante o interregno em que foram experimentados os efeitos do dano ambiental houve o período de defeso – incidindo a proibição sobre toda atividade de pesca do lesado –, não há cogitar em indenização por lucros cessantes durante essa vedação; [...] (Superior Tribunal de Justiça (STJ). Recurso Especial nº 1.354.536. Relator: Min. Luis Felipe Salomão).

Considerando a ementa apresentada, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. A orientação de indenização pelo STJ, no recurso repetitivo, aplica-se aos pescadores do rio Sergipe relativamente ao período de seis meses, em decorrência de dano ambiental causado no ecossistema por poluição, fator determinante da redução do volume do pescado no rio e da renda dos pescadores, e eles deverão receber a indenização por dano moral no valor de R\$ 3 000,00 (três mil reais), decorrente da responsabilidade objetiva da empresa poluidora.

PORQUE

- II. O STJ negou o direito ao dano material sob o argumento de que tal dano só poderia ser indenizado mediante comprovação efetiva do prejuízo, o que, no caso, está inviabilizado em razão do período de defeso coincidir com o período em que ocorreu a afetação poluidora do ecossistema no rio Sergipe.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A** As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B** As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C** A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D** A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E** As asserções I e II são proposições falsas.

QUESTÃO 31

Um determinado município tomou as devidas providências para desapropriar certo imóvel, cuja posse direta é exercida por um superficiário, ou seja, existe legalmente constituído sobre o imóvel um direito real de superfície. O município segue os trâmites legais do processo de desapropriação, conforme as normas relativas aos direitos reais envolvidos.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O direito de superfície, com a desapropriação, será extinto e, por isso, somente o superficiário receberá a indenização, pois é o único que possui a posse direta do imóvel.
- B** O proprietário e o superficiário farão jus à indenização no valor correspondente ao direito real de cada um, atentando-se para o que consta na escritura pública de concessão do direito de superfície.
- C** O município não poderá desapropriar o imóvel na pendência de direito de superfície, pois a constituição desse direito real torna a propriedade resolúvel.
- D** A desapropriação dissolve tanto a propriedade quanto o direito de superfície, mas somente o proprietário receberá indenização, pois é ele quem tem a posse indireta.
- E** O proprietário do imóvel receberá justa indenização, pois apenas o direito de propriedade, enquanto direito real pleno, é passível de desapropriação.

Área livre



QUESTÃO 32

TEXTO 1

Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observação das receitas. Bentham se maravilha de que as instituições panópticas pudessem ser tão leves: fim das grades, fim das correntes, fim das fechaduras pesadas; basta que as separações sejam nítidas e as aberturas bem distribuídas. O peso das velhas “casas de segurança” com sua arquitetura de fortaleza, é substituído pela geometria simples e econômica de uma “casa de certeza”.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 25. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002 (adaptado).

TEXTO 2

Entre as modalidades alternativas ao cumprimento da pena privativa de liberdade existentes atualmente no Brasil, destaca-se o chamado monitoramento eletrônico, introduzido por meio da Lei nº 12.258/2010.

Embora seja considerado por muitos como uma medida com grande potencial desencarcerador, o monitoramento eletrônico é alvo de várias críticas de estudiosos, que reclamam da ausência de excepcionalidade na aplicação dessa medida, mormente com o advento da Lei nº 12.403/2011, que passou a prever a possibilidade de monitoração eletrônica como uma das medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

Considerando os textos apresentados, avalie as afirmações a seguir.

- I. A cumulatividade do monitoramento eletrônico com outras formas de execução da pena envolve a colisão de diversos princípios constitucionais, entre os quais o princípio da dignidade da pessoa humana.
- II. A legislação brasileira permite a utilização do monitoramento eletrônico em casos de violência doméstica, objetivando a manutenção da distância entre o suposto agressor e a potencial vítima.
- III. A legislação brasileira prevê a utilização do sistema de monitoramento eletrônico nos casos de saída temporária em regime semiaberto, prisão domiciliar ou como medida cautelar aplicável em sede de processo penal.
- IV. O monitoramento eletrônico utilizado como medida cautelar processual tem aplicação legal antes ou após a sentença penal condenatória, desde que preenchidos os mesmos requisitos exigidos para a prisão preventiva.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 33

TEXTO 1

O princípio da legalidade, também conhecido por princípio da reserva legal, surgiu historicamente com a revolução burguesa e exprime, em nosso campo, o mais importante estágio do movimento então ocorrido na direção da positividade jurídica e da publicização da reação penal. Por um lado, resposta pendular aos abusos do absolutismo e, por outro, afirmação da nova ordem, o princípio da legalidade a um só tempo garantia o indivíduo perante o poder estatal e demarcava esse mesmo poder como o espaço exclusivo da coerção penal. Sua significação e alcance políticos transcendem o condicionamento histórico que o produziu, e o princípio da legalidade constitui a chave mestra de qualquer sistema penal que se pretenda racional e justo.

BATISTA, N. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. 11. ed. Rio de Janeiro: REVAN, 2007 (adaptado).

TEXTO 2

No ano de 2004, um indivíduo foi acusado de ter alterado a fachada e a estrutura de uma edificação histórica, tombada por lei no ano de 1993. Entretanto, a Lei dos Crimes Ambientais só passou a ter vigência no ano de 1998.

A partir do fragmento de texto apresentado e da situação hipotética narrada, avalie as afirmações a seguir.

- I. Uma das funções do princípio da legalidade é servir de guia orientativo na persecução estatal do injusto penal.
- II. Proibir o emprego da analogia para criar crimes, fundamentar ou agravar penas e proibir incriminações vagas e indeterminadas são algumas das funções do princípio da legalidade, compreendido pela ótica de garantia individual.
- III. Em matéria de proibição penal, desde que garantido o monopólio do Poder Legislativo, é possível a criação de tipos penais por meio de medida provisória, desde que devidamente indicadas a urgência e a necessidade da medida na edição do ato legal.
- IV. O brocardo *nullum crimen nulla poena sine lege*, segundo o qual não há viabilidade de aceitação de uma denúncia que impute a alguém um crime que ainda não estava previsto como tal quando da prática da conduta, é perfeitamente adequado ao caso apresentado.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I.
- B** II e IV.
- C** I, II e III.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

Área livre



QUESTÃO 34

Em 2016, ano em que a crise econômica se tornou mais aguda no Brasil, o Congresso Nacional promulgou a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga até 2023 a permissão para que a União utilize livremente parte de sua arrecadação – a Desvinculação de Receitas da União (DRU) –, dando origem à Emenda Constitucional nº 93/2016, que também estendeu esse mecanismo para Estados, Distrito Federal e Municípios (DREM). No âmbito municipal, a despeito de controvérsias jurídicas, a desvinculação das receitas (DREM) tem alcançado os recursos provenientes da contribuição para custeio da iluminação pública (COSIP), o que significa que tais recursos, embora tenham destinação específica conforme o texto constitucional, podem ser utilizados para outras finalidades pelas administrações municipais no limite legal.

Disponível em: <<http://abrasi.org.br/institucional/6/palavra-do-presidente>>. Acesso em: 27 jul. 2018 (adaptado).

Considerando as informações apresentadas, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. A par da recente introdução do mecanismo da desvinculação das receitas dos municípios no sistema jurídico, divergências de entendimento já se mostram quanto à submissão ou não da COSIP à desvinculação de receitas.

PORQUE

- II. Em interpretação sistemática, parcela da doutrina entende que a COSIP é objeto de desvinculação de receitas dos municípios por ter natureza jurídica análoga a impostos e taxas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A** As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B** As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C** A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D** A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E** As asserções I e II são proposições falsas.

Área livre



QUESTÃO 35

O princípio da ampla defesa está previsto no título **Dos Direitos e Garantias Fundamentais** da Constituição Federal de 1988, mais precisamente no capítulo referente aos direitos e deveres individuais e coletivos. Textualmente, a Constituição prescreve que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”. Por ampla defesa, deve-se compreender a defesa assegurada na medida necessária e suficiente, com a disposição de instrumentos e recursos para o sujeito poder de fato e de direito, em contraditório e democraticamente, atuar na consecução de seus interesses.

Considerando o texto apresentado e tendo como premissa a aplicação dos comandos constitucionais, especialmente no que concerne ao direito fundamental da ampla defesa, avalie as afirmações a seguir.

- I. Em enunciado de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) sedimentou-se ser inconstitucional a exigência de garantia prévia para se poder recorrer na esfera administrativa, o que está de acordo com o comando constitucional que assegura a todos o direito de exercer ampla defesa em processo administrativo tributário.
- II. O STF faz observar os comandos constitucionais da ampla defesa no processo judicial tributário ao reputar como inconstitucional, em enunciado de súmula vinculante, a exigência de depósito prévio com requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretende discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- III. A Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/1980) condiciona em ação de execução fiscal proposta pela Fazenda Pública o oferecimento dos embargos à execução pelo executado à prévia garantia do juízo.

É correto o que se afirma em

- A** I, apenas.
- B** III, apenas.
- C** I e II, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.

Área livre



QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DA PROVA

As questões abaixo visam levantar sua opinião sobre a qualidade e a adequação da prova que você acabou de realizar. Assinale as alternativas correspondentes à sua opinião nos espaços apropriados do Caderno de Respostas.

QUESTÃO 1

Qual o grau de dificuldade desta prova na parte de Formação Geral?

- A** Muito fácil.
- B** Fácil.
- C** Médio.
- D** Difícil.
- E** Muito difícil.

QUESTÃO 2

Qual o grau de dificuldade desta prova na parte de Componente Específico?

- A** Muito fácil.
- B** Fácil.
- C** Médio.
- D** Difícil.
- E** Muito difícil.

QUESTÃO 3

Considerando a extensão da prova, em relação ao tempo total, você considera que a prova foi

- A** muito longa.
- B** longa.
- C** adequada.
- D** curta.
- E** muito curta.

QUESTÃO 4

Os enunciados das questões da prova na parte de Formação Geral estavam claros e objetivos?

- A** Sim, todos.
- B** Sim, a maioria.
- C** Apenas cerca da metade.
- D** Poucos.
- E** Não, nenhum.

QUESTÃO 5

Os enunciados das questões da prova na parte de Componente Específico estavam claros e objetivos?

- A** Sim, todos.
- B** Sim, a maioria.
- C** Apenas cerca da metade.
- D** Poucos.
- E** Não, nenhum.

QUESTÃO 6

As informações/instruções fornecidas para a resolução das questões foram suficientes para resolvê-las?

- A** Sim, até excessivas.
- B** Sim, em todas elas.
- C** Sim, na maioria delas.
- D** Sim, somente em algumas.
- E** Não, em nenhuma delas.

QUESTÃO 7

Você se deparou com alguma dificuldade ao responder à prova. Qual?

- A** Desconhecimento do conteúdo.
- B** Forma diferente de abordagem do conteúdo.
- C** Espaço insuficiente para responder às questões.
- D** Falta de motivação para fazer a prova.
- E** Não tive qualquer tipo de dificuldade para responder à prova.

QUESTÃO 8

Considerando apenas as questões objetivas da prova, você percebeu que

- A** não estudou ainda a maioria desses conteúdos.
- B** estudou alguns desses conteúdos, mas não os aprendeu.
- C** estudou a maioria desses conteúdos, mas não os aprendeu.
- D** estudou e aprendeu muitos desses conteúdos.
- E** estudou e aprendeu todos esses conteúdos.

QUESTÃO 9

Qual foi o tempo gasto por você para concluir a prova?

- A** Menos de uma hora.
- B** Entre uma e duas horas.
- C** Entre duas e três horas.
- D** Entre três e quatro horas.
- E** Quatro horas, e não consegui terminar.



Área livre



Sinaes

Sistema Nacional de Avaliação da
Educação Superior

enade2018

08

INEP

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO
FEDERAL